



PLMJ
Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

DESTAQUES DE 13 A 17 DE MAIO

NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 66/2013. D.R. n.º 95, Série I de 2013-05-17](#)

Ministério da Economia e do Emprego

Procede à desafecção do domínio público aeroportuário do Estado de parcelas de terreno e edifícios implantados no Aeroporto de Santa Maria e transfere os referidos bens para o domínio privado da Região Autónoma dos Açores

ACTIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS

[Proposta de Lei 147/XII](#)

Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho e do fundo de garantia de compensação do trabalho

Autoria: Governo

[Proposta de Lei 146/XII](#)

Aprova a Lei da Investigação Clínica.

Autoria: Governo

ENERGIA

[Directiva n.º 7-A/2013. D.R. n.º 92, 2.º Suplemento, Série II de 2013-05-14](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Determinação de medidas correctivas, de intervenção e de compensação aos clientes resultantes da auditoria aos contadores bi-horários e tri-horários da EDP Distribuição

[Directiva n.º 8/2013. D.R. n.º 93, Série II de 2013-05-15](#)

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

Aprovação do Manual de Procedimentos da Gestão Global do Sistema do sector eléctrico

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Boletim Oficial do Banco de Portugal nº 5/2013](#)

[Indicadores de Conjuntura - Maio 2013](#)

[Relatório Anual do Conselho de Administração - 2012](#)

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Estatísticas Trimestrais sobre Day-Trading - 1º Trimestre de 2013](#)

[Indicadores de Síntese dos Fundos de Investimento Imobiliário, FEII e FUNGEPI - Abril 2013](#)

ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

[Manifestação de interesses relativos à constituição de grupos de stakeholders](#)

FISCAL

[Portaria n.º 177/2013. D.R. n.º 91, Série I de 2013-05-13](#)

Ministério das Finanças

Fixa, para o ano de 2012 a percentagem do montante das cobranças coercivas derivadas dos processos de execução fiscal instaurados pelos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira a afectar ao Fundo de Estabilização Tributário

[Decreto-Lei n.º 64/2013. D.R. n.º 91, Série I de 2013-05-13](#)

Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Procede à segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 36-A/2011](#), de 9 de Março, que aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do sector não lucrativo e transpõe a Directiva n.º [2009/49/CE](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, e a Directiva n.º [2010/66/UE](#), do Conselho, de 14 de Outubro

[Acórdão n.º 197/2013. D.R. n.º 93, Série II de 2013-05-15](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional o n.º 1 do artigo 14.º da Lei das Finanças Locais, na parte em que aí se estabelece que, tendo a derrama municipal como base de incidência o lucro tributável, não é possível o reporte dos prejuízos fiscais

AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA

[Ofício-circulado n.º 30145/2013 - 17/05 - CIVA - Legislação complementar - Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de Agosto. Alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2012, de 24 de Agosto.](#)

PAGAMENTO DE PORTAGENS

[Parecer n.º 36/2012. D.R. n.º 92, Série II de 2013-05-14](#)

Ministério Público - Procuradoria-Geral da República

Isenção do pagamento de portagens por parte dos veículos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Conflito de normas.

PENAL

[Lei n.º 34/2013. D.R. n.º 94, Série I de 2013-05-16](#)

Assembleia da República

Estabelece o regime do exercício da actividade de segurança privada e procede à primeira alteração à [Lei n.º 49/2008](#), de 27 de Agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal)

SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 69/2013. D.R. n.º 95, Série I de 2013-05-17](#)

Ministério da Saúde

Procede à criação do Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E., por fusão do Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E., e do Hospital de Faro, E.P.E

SECTOR MARÍTIMO-PORTUÁRIO E NAÚTICA DE RECREIO

[Portaria n.º 184/2013. D.R. n.º 94, Série I de 2013-05-16](#)

Ministérios das Finanças e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

Aprova as taxas e os respectivos montantes pela prestação de serviços e emissão de documentos pela Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, os preços da venda de bens e a percentagem da receita de exploração de cada porto integrado em administração portuária que constitui receita própria da Direcção-Geral

TMT

[Acórdão n.º 152/2013. D.R. n.º 92, Série II de 2013-05-14](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma do n.º 7 da Portaria n.º 126-A/2005, de 31 de Janeiro, conjugada com o respectivo anexo (taxa de utilização do espectro radioelétrico)

[Regulamento n.º 169/2013. D.R. n.º 93, Série II de 2013-05-15](#)

Icp - Autoridade Nacional de Comunicações

Regras de utilização de números 18xy do Plano Nacional de Numeração para serviços informativos - outras listas

TRABALHO E EMPREGO

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 4/2013. D.R. n.º 93, Série I de 2013-05-15](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: A condição de sócio gerente de uma sociedade comercial, sem direito a qualquer remuneração, de um trabalhador por conta de outrem, cujo contrato de trabalho cessou, não obsta à caracterização da respectiva situação como de desemprego, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, do [Decreto-Lei n.º 119/99](#), de 14 de Abril, e 2.º, n.º 1, do [Decreto-Lei n.º 220/2006](#), de 3 de Novembro, respectivamente

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 5/2013. D.R. n.º 95, Série I de 2013-05-17](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: De acordo com as disposições articuladas das alíneas f) e h) do artigo 4º do Regulamento das Custas Processuais e do artigo 310º/3 do Regime do Contrato de Trabalho na Função Pública, aprovado pela [Lei n.º 59/2008](#), de 11 de Setembro, os sindicatos, quando litigam em defesa colectiva dos direitos individuais dos seus associados, só estão isentos de custas se prestarem serviço jurídico gratuito ao trabalhador e se o rendimento ílquido deste não for superior a 200 UC

TURISMO

[Resolução da Assembleia da República n.º 65/2013. D.R. n.º 92, Série I de 2013-05-14](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que considere o turismo religioso produto estratégico no âmbito do PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

[Resolução da Assembleia da República n.º 66/2013. D.R. n.º 92, Série I de 2013-05-14](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo que valorize o turismo religioso como um produto estratégico no âmbito da revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo - PENT

[Lei n.º 33/2013. D.R. n.º 94, Série I de 2013-05-16](#)

Assembleia da República

Estabelece o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental, a sua delimitação e características, bem como o regime jurídico da organização e funcionamento das entidades regionais de turismo

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA EU

ACTOS NÃO LEGISLATIVOS

[Decisão de Execução da Comissão, de 6 de Maio de 2013](#), que autoriza os Estados-Membros a adoptar certas derrogações nos termos da Directiva 2008/68/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao transporte terrestre de mercadorias perigosas

[Regulamento de Execução \(UE\) n.º 447/2013 da Comissão, de 15 de Maio de 2013](#), que estabelece os procedimentos para os GFIA (gestores de fundos de investimento alternativos) que optem por ser abrangidos pela Directiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho

[Regulamento de Execução \(UE\) n.º 448/2013 da Comissão, de 15 de Maio de 2013](#), que estabelece um procedimento para determinar o Estado-Membro de referência de um GFIA (gestores de fundos de investimento alternativos) extra-UE nos termos da Directiva 2011/61/UE do Parlamento Europeu e do Conselho

COMISSÃO

[Ter uma conta bancária quando é necessário](#)

As novas medidas propostas têm por objectivo conferir a todos os europeus o direito legal de dispor de uma conta bancária em qualquer país da UE, bem como facilitar a mudança de banco ou de prestador de serviços bancários.

[O reforço da cooperação na UE aumenta a segurança dos consumidores](#)

O RAPEX é o sistema de alerta rápido entre os Estados-Membros da UE e a Comissão Europeia para produtos não alimentares. O seu papel consiste em divulgar informações rapidamente sobre produtos de consumo potencialmente perigosos. Isto permite a identificação e a retirada precoce dos mercados da UE de produtos que podem representar um risco para os consumidores, tais como vestuário para criança, têxteis e aparelhos eléctricos que não cumprem as normas de segurança.

CONSULTAS PÚBLICAS

[Reformar a estrutura do sector bancário da EU](#)

16.05.2013 – 03.07.2013

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 16 DE MAIO DE 2013

Foi aprovado, entre outros, o seguinte:

- Determinar que a Equipa para os Assuntos da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica coordene e acompanhe a execução de medidas destinadas a garantir que os eleitores, no próximo ato eleitoral autárquico, têm pleno conhecimento das alterações decorrentes da reorganização administrativa.

- Transposição de cinco directivas comunitárias que actualizam a lista de substâncias activas que podem ser incluídas em produtos biocidas a colocar no mercado

(...)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte-nos: plmjlaw@plmj.pt.



“Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano”
Chambers European Excellence Awards, 2009, 2012
The Lawyer European Awards, 2012
Who's Who Legal Awards, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011



“6ª Sociedade de Advogados mais Inovadora da Europa”
Financial Times – Innovative Lawyers Awards, 2011, 2012



“Melhor Sociedade de Advogados no Serviço ao Cliente”
Clients Choice Award - International Law Office, 2008, 2010

